

“Jogos de verdade”, educação e o *ethos* do fascismo contemporâneo

Mozart Linhares da Silva
Betina Hillesheim

Resumo

O artigo problematiza a crise da verdade na contemporaneidade e suas relações com a constituição de um *ethos* do fascismo, destacando as implicações na educação. Para tanto, analisa os jogos de verdade que estão implicados nas relações de saber-poder e seus critérios de legitimidade institucionais, considerando que esses critérios, chamados de veridicção, estão sendo deslegitimados pelos efeitos discursivos da pós-verdade, considerada uma estratégia de construção de um *ethos* do fascismo. O dizer verdadeiro e as condições para o dizer verdadeiro são analisados a partir da perspectiva do filósofo Michel Foucault, o que possibilita tensionar o campo de lutas que circunscreve a ideia de verdade e a forma como, na contemporaneidade, os critérios de veridicção estão sendo suspensos pelas narrativas que deslegitimam as instituições do dizer verdadeiro. O anti-intelectualismo, o ataque à educação, aos educadores e à imprensa são táticas que o fascismo utiliza para desconstruir a ideia de realidade e suspender os critérios de veridicção.

Palavras-chave: Educação; Fascismo; Verdade; Pós-verdade.

Mozart Linhares da Silva
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
E-mail: mozartt@terra.com.br
 <http://orcid.org/0000-0001-9838-5436>

Betina Hillesheim
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
E-mail: betinahillesheim@gmail.com
 <http://orcid.org/0000-0001-9486-5459>

Recebido em: 04/11/2019
Aprovado em: 26/07/2020



Abstract

"Games of truth", education and the ethos of contemporary fascism

The article problematizes the contemporary crisis of truth and its relation to the constitution of an ethos of fascism, highlighting its implications for education. For this purpose, it analyses the games of truth entailed by power/knowledge relations and its criteria of institutional legitimacy, considering that these criteria, referred to as veridiction, are being delegitimized by the discursive effects of post-truth, which is thought of as a strategy for the creation of a fascist ethos. Truth-telling, the conditions of truth-telling are analyzed from Michel Foucault's perspective, which enables one to tension the field of struggle that circumscribes the idea of truth, as well as the way in which the criteria of veridiction are contemporarily being suspended by narratives that delegitimize the institutions associated with truth-telling. Anti-intellectualism, the attack on education and on educators, as well as on the press, are tactics utilized by fascism to deconstruct the idea of reality and suspend the criteria of veridiction..

Keywords:

Education,
Fascism, Truth,
Post-truth.

Resumen

“Juegos de verdad”, educación y el ethos del fascismo contemporáneo

El artículo problematiza la crisis de verdad en la contemporaneidad y sus relaciones con la constitución de un ethos del fascismo, presentando las implicaciones en la educación. Para ello, analiza los juegos de verdad implicados en las relaciones de saber-poder y sus criterios institucionales de legitimidad, considerando que esos criterios, nombrados como de veridicción, están siendo deslegitimados por los efectos discursivos de la pos-verdad, considerada una estrategia de construcción de un ethos del fascismo. El decir verdadero, y asimismo las condiciones para el decir verdadero son analizadas desde la perspectiva del filósofo Michel Foucault, lo que posibilita hacer tensión sobre el campo de luchas que circunscribe la idea de verdad y cómo, en la contemporaneidad, están siendo puestos en suspensión los criterios de veridicción por las narrativas que deslegitiman las instituciones del decir verdadero. El anti-intelectualismo, el ataque a la educación y a los educadores, así como a la imprenta, son tácticas que utiliza el fascismo para desconstruir la idea de realidad y suspender los criterios de veridicción..

Palabras clave:

Educación,
Fascismo,
Verdad, Pos-
verdad.

Introdução

Qual o significado das instituições modernas, como a ciência, a educação e a imprensa, no dizer verdadeiro? Se considerarmos a autoridade de dizer a verdade alicerçada nessas instituições, entendidas aqui como educativas, poderemos pensar a crise dessas instituições como a própria crise do dizer verdadeiro. É evidente que questionar as razões da crise da verdade implica uma série de questões que os limites de um texto não dão conta; portanto, situamos, dentre outras, a forma como o *ethos* do fascismo se constitui ao romper o “grande acordo” da verdade. É nesse sentido, também, que pensar o *ethos* do fascismo, a forma de constituição da vida fascista, nos permite problematizar o que vem sendo chamado de pós-verdade, ou ainda, pós-democracia.

Kakutani (2018) aponta que, na era da pós-verdade, expressões como “declínio da verdade”, “*fake news*” e “fatos alternativos” tornaram-se frequentes, sem que não digam respeito apenas a notícias falsas – existem também a ciência falsa, a história falsa, bem como os falsos perfis, seguidores e *likes* das redes sociais, para citar algumas. A partir da compreensão de que a verdade é essencial para as democracias, o autor, citando o livro *Origens do totalitarismo*, escrito por Hannah Arendt em 1951, lembra que os governos autoritários têm como súditos ideais, mais do que os seguidores convictos, aqueles que não fazem diferença entre o fato e a ficção, nem entre o verdadeiro e o falso, ou seja, não distinguem a realidade da experiência, nem os critérios do pensamento. Além disso, ele afirma que o relativismo, utilizado a partir dos anos de 1960 para denunciar os preconceitos do pensamento eurocêntrico, masculino e burguês, tem sido apropriado pelos grupos de direita populista, como, por exemplo, os criacionistas e os negacionistas das mudanças climáticas. Tal relativismo, para o autor, coaduna-se com o individualismo em ascensão, o que é exacerbado pelas redes sociais, cujos usuários se conectam com outros que reforçam suas ideias e valores, fazendo com que permaneçam em “bolhas”, ou seja, comunidades fechadas sem comunicação com o exterior.

Tendo em vista essas questões iniciais, o presente texto tem como objetivo discutir a relação entre verdade e poder, considerando como, na contemporaneidade, a chamada pós-verdade se constitui como uma das estratégias de construção do *ethos* do fascismo. Nessa construção do *ethos* do fascismo, chamamos a atenção para os discursos que desautorizam intelectuais, professores e jornalistas e que os colocam sob suspeita, ou seja, para a forma como o anti-intelectualismo desarticula esses *loci* da produção da verdade nos quais se ancoram os processos de subjetivação e governo de condutas sociais. Para finalizar, propomos pensar como essa desarticulação da produção da verdade se insere em uma determinada educabilidade contemporânea. Em que medida a educabilidade constituída na esteira do neoliberalismo contemporâneo flerta com o *ethos* do fascismo?

Verdade e Poder

Antes de entrarmos na análise do *ethos* fascista contemporâneo propriamente dito, é necessário problematizar a ideia de verdade como a entendemos aqui, estabelecendo a relação entre verdade e poder, tendo em conta a importância do discurso e das instituições do dizer verdadeiro. Para tanto, lançamos mão de algumas ferramentas conceituais de Michel Foucault.

Para Foucault, na esteira de Nietzsche, a verdade não tem um sentido intemporal, nem uma natureza ou essência própria. Não é a uma natureza da verdade que devemos direcionar o olhar, mas para uma história da verdade, da maneira como ela se pronuncia discursivamente no interior dos saberes ou em suas relações exteriores aos saberes, ou seja, a uma vontade/política da verdade. Concebendo a história da verdade como o processo pelo qual determinados discursos são instituídos como verdadeiros, é preciso observar que a política da verdade se institui como um jogo entre a vontade de verdade e as relações de poder. Segundo Foucault:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (1979, p. 12).

Como aponta Candiottto (2006), o pensamento foucaultiano distancia-se da noção da centralidade do sujeito do conhecimento e volta-se para a verdade como produção histórica. Portanto, aquilo que é reconhecido como verdadeiro não está nem no objeto supostamente preexistente e já dado, nem em um sujeito essencial e originário, nem mesmo em uma possível adequação entre eles. Diferentemente disso, a verdade constrói-se a partir de determinadas articulações históricas que constituem tanto o sujeito quanto o objeto. Embora aquilo que se pode chamar de história crítica da verdade apareça, ao longo da obra foucaultiana, de forma heterogênea, o autor aponta que:

na medida em que ela toma como ponto de partida modos históricos de objetivação e de subjetivação, resulta de tal opção estratégica uma dispersão do “homem” entre os saberes, uma individualidade sujeitada nas tecnologias de poder confessionais, uma subjetividade em incessante transformação nas práticas de si. Para Michel Foucault, aquilo que denominamos “verdade” não possui um significado unívoco, sendo, antes, um jogo histórico, uma enunciação dramática: ela pode ser o mecanismo do qual dispomos para preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou a justificação racional que elaboramos para compreender nossas práticas cotidianas, ou ainda o escudo protetor que adquirimos diante das vicissitudes que nos ameaçam. Contudo, o que entendemos por “verdade” pode estar associado também a riscos que assumimos, a resistências que sustentamos, ao ethos filosófico que incorporamos mediante a crítica de nosso ser histórico (CANDIOTTO, 2006, p. 73).

Nas sociedades modernas, o regime de verdade, ou melhor, a economia da verdade, lança mão de instituições, de instâncias que ambicionam o “acordo social” em relação àquilo que é considerado verdadeiro. Como afirma Foucault,

Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o

produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’) (1979, p. 13).

Ao propor uma história crítica da verdade, Foucault anuncia que não é possível pensar a verdade separadamente das relações de poder; ao fazer esse tensionamento, o autor possibilita problematizar também as pretensões homogeneizadoras da verdade na modernidade. Há, nessa proposição, uma crítica à própria razão moderna como redentora, ao triunfo da razão e do sujeito da razão, centrado, dotado de autonomia e essência próprias. Ao contrário de uma autonomia universalizante, na perspectiva de Foucault, constitui-se o sujeito histórico, cuja vontade de verdade se apoia nas formas de controle do discurso e das instâncias de pronunciamento, desdobradas dos “aparelhos políticos ou econômicos”, como as instituições científicas, educacionais e meios de comunicação.

A vontade de verdade manifesta-se, assim, como vontade de poder, pois é indissociável dos jogos de verdade que atuam na diferenciação entre o que é considerado e aceito como verdadeiro e o que é falso. O sujeito, nesse sentido, é parte do acontecimento que promove a exclusão de determinados discursos e saberes em nome de outros que implicam os processos de subjetivação e construção do próprio sujeito. É essa historicidade radical que Foucault nos propõe para pensarmos o sujeito e a vontade de verdade. Quando tratamos da verdade moderna neste artigo, estamos tratando dos regimes de verdade que, a partir de determinados discursos e regras de veridicção, estabelecem as relações de saber-poder que incidem sobre a construção social e sobre a construção do próprio sujeito; portanto, não uma universalidade, mesmo que seja essa a ambição moderna, mas a raridade de seu acontecimento, pois histórico.

Sem contornar os riscos do reducionismo, podemos apontar que a modernidade se institui como triunfo da razão, uma razão secular que legitima o conhecimento e funda o estatuto da verdade da ciência. Indo além das diversas formas com que o pensamento científico é produzido, é nele que se busca o suporte para o dizer verdadeiro, segundo os critérios de veridicção associados ao método e ao discurso científico. Há um sistema de exclusão aderente à vontade de verdade, sobretudo quando entendemos que essa vontade de verdade precisa ser historicizada, o que a sujeita às transformações manifestas nas relações de saber-poder, estabelecendo o que pode e o que não poder ser dito. Segundo Edgardo Castro,

a propósito do caráter histórico e modificável da separação entre o verdadeiro e falso, Foucault assinala como, na época dos poetas gregos do século VI a.C., o discurso verdadeiro era o discurso pronunciado por quem tinha o direito de fazê-lo e segundo o ritual requerido. Um século mais tarde, contudo, a verdade do discurso não residia no que esse era ou fazia, mas no que dizia (2009, p. 423).

É nesse sentido que a verdade é a verdade que o discurso diz. Os jogos de verdade deslocam-se do direito de dizer para os critérios de veridicção que autorizam e chancelam o dizer verdadeiro. É no controle discursivo que os sistemas de exclusão operam para sustentar quem pode ou não se pronunciar com a autoridade de dizer verdadeiro. As democracias modernas, de certa forma, asseguram a governabilidade

fazendo com que os regimes de verdade amparem as formas de governmentação, entendido como ato ou ação de governar implicada na condução de condutas (VEIGA-NETO, 2002), lançando mão de dispositivos que atendam a uma normalidade social. A legitimidade das instituições, como a imprensa, a universidade, a escola, entre outras, é fundamental para o controle discursivo do dizer verdadeiro que está na base de sustentação do funcionamento do capitalismo e das próprias democracias. Na história da construção dos regimes de verdade modernos, encontraremos essas instituições como nucleares na organização do mundo social, pois são elas que fazem circular os discursos que atravessam os sujeitos sociais, ou seja, os processos de subjetivação. O exemplo da escola como instituição moderna de produção da verdade ilustra as relações entre saber e poder que estão implicadas no entendimento da verdade como estamos propondo neste texto.

Como aponta Jardim,

a escola, como campo de visibilidade, é um espaço para o exercício de uma vontade de verdade e, conseqüentemente, para o exercício do poder. Lugar privilegiado da morada da verdade: onde se observa, classifica, regula e mensura resultados técnicos. Nesse lugar – a escola – alguém exerce o papel de portador de uma verdade (o saber) e que, também, usa de instrumentos para que a verdade seja extraída (o poder), sendo assim, ela é um espaço do dizível e do visível (2006, p. 104).

Dito isso, é necessário apontar que os processos de subjetivação funcionam também como regulações sociais que visam a certo equilíbrio e segurança, pois, sendo os sujeitos constituídos a partir da relação com a verdade, podem perceber-se pertencentes a um mundo social “confiável”. É a isso, também, que visa o governmentação, e é isso que faz com que as instituições do dizer verdadeiro, que citamos acima, funcionem como produtoras de enunciados que colocam os sujeitos no jogo da verdade. Para que o “jogo da verdade” funcione, é preciso regras. Daí que é necessário que o discurso seja controlado e legitimado. Como afirma Fernandes, “ninguém tem o direito de falar tudo em qualquer circunstância e nem falar sobre qualquer coisa. Em uma sala de aula, por exemplo, cabe ao professor anunciar o início e o término da aula, determinar o momento reservado de fala aos alunos, etc.” (2012, p. 48). Assim, para Foucault (2005), uma das tarefas da filosofia é refletir sobre nossa relação com a verdade.

Os discursos da verdade são regrados e apoiados em instituições. Precisam da legitimidade das instituições, dos diplomas, das chancelas e da autoridade do dizer as coisas. As instituições são espaços fundamentais que possibilitam a ordem dos discursos e sua difusão no tecido social. É importante notar que as instituições oferecem os parâmetros, os critérios e os procedimentos necessários para a legitimidade social da verdade. Com isso, queremos dizer que não há um perspectivismo foucaultiano que subverte a verdade em mera discursividade, suspendendo o real e o factual dos processos de veridicção. O que é necessário é entender como determinados contextos, e suas respectivas epistememes, produzem suas verdades e seus critérios de veridicção. No caso da modernidade, a ciência e os critérios de validação dos procedimentos metodológicos oferecem esses critérios.

Vale assinalar que, no jogo entre o falso e o verdadeiro, as coisas aceitas neste mundo mudam, mas mudam segundo regras que mantêm as instituições do dizer verdadeiro, no mesmo sentido em que “as

mudanças de paradigma” de Kunh (1997) podem mudar nossa percepção do mundo, mas garantem a institucionalidade em que ocorre o processo. Dessa forma, apontar o caráter histórico da verdade não significa apontar uma pretensa falsidade, mas evidenciá-la como produto de relações de poder e apoiada em determinado suporte institucional.

A produção da verdade, portanto, obedece a uma determinada episteme ou a dispositivos que regem os jogos de verdade. Quando falamos em pós-verdade, não estamos dizendo que a verdade deixa de existir, mas que os critérios de veridicção são subtraídos pela crença ou pela espetacularização das narrativas. Se a pós-verdade opõe-se à verdade, isso significa que o estatuto da verdade não é suspenso, mas atacado. Assim, as instituições do dizer verdadeiro, ao serem deslegitimadas, colocam em risco determinadas garantias de confiabilidade na verdade, corrompendo o debate público.

Não é o caso aqui de olhar para essa ruptura com as instituições modernas da verdade como um ataque conservador; ao contrário, o que estamos propondo é olhar para a contingencialidade e as relações de poder que acarretam tais deslegitimações. Não é raro realizar esse apontamento como desdobramento de um relativismo radical de suspensão da verdade, operado nas searas dos estudos pós-modernos e pós-estruturalistas. Distanciamos-nos dessa ideia, como deixaremos claro abaixo.

Ao colocarmos a questão da verdade nesses termos, propomos pensar os efeitos de desconstrução da legitimidade das instituições do dizer verdadeiro segundo os critérios da modernidade; problematizar como a “crise” da verdade, ou mesmo a chamada pós-verdade, coloca um enorme desafio para pensar o diálogo ou o debate político contemporâneo. A construção de um novo espaço público, ilustrado pelas redes sociais, por exemplo, possibilita um trânsito discursivo inédito e caótico que desafia a legitimidade das instituições do dizer verdadeiro, até então organizadas para funcionar no espaço público “tradicional”. Com isso, colocamos o problema da emergência de um *ethos* fascista contemporâneo, de sua rápida expansão e do potencial corrosivo das relações de saber-poder que fazem funcionar as democracias liberais.

Sabemos que a pós-verdade não é uma novidade, mas em nenhum outro contexto histórico a produção da ignorância ou a manipulação da realidade foi tão expansiva e generalizável. Se temos muitos exemplos históricos de manipulação da verdade ou mesmo de construção de realidades alternativas, em nosso contexto, como afirma Danah Boyd, “lo más preocupante es que, ahora, esto se está haciendo de forma masiva” (2019). Mas qual a relação entre a pós-verdade e a construção de um *ethos* fascista contemporâneo?

A pós-verdade e o *ethos* do fascismo

George Orwell cita uma pesquisa realizada nos EUA que questionava as pessoas sobre o significado do fascismo. As respostas foram de “democracia pura” até “demonismo puro” (ORWELL, 2017, p. 85). Orwell, nesse breve artigo, aponta a complexidade de conceituar fascismo, as inúmeras imputações e

percepções com que o fascismo é entendido, chegando mesmo a ser considerado a mesma coisa que socialismo. O autor ainda nos traz uma informação interessante sobre a compreensão do fascismo pelos norte-americanos: as pessoas invariavelmente apontam para os regimes alemão e italiano. É importante frisar que o fascismo histórico, enquanto manifestação política situada nos anos 1920 em diante, sobretudo na Europa, implica a análise, caso a caso, de sua institucionalização e características próprias.

Há muitas entradas analíticas em relação ao fascismo. Por um lado, se elas não ajudam em sua plena compreensão, por outro, mostram que o fascismo está além de um evento histórico datado, pois o que muitas salientam é que o fascismo pode ser visto como um modo de se relacionar com o poder, com a disciplina, com a vigilância e a autovigilância, com a forma como nos constituímos e nos colocamos à disposição para o funcionamento de determinados sistemas de opressão, por exemplo (DUARTE, 2009; ROSA, 2009). Podemos dizer, ainda, que o fascismo pode ser pensado como um sistema moral, ou melhor, uma “comunidade moral” (ALONSO, 2019). Dito isso, é importante situarmo-nos nessa multiplicidade de possibilidades. Pensamos o fascismo como um *ethos*, uma atitude frente ao mundo, à moral, ao comportamento etc.

Portanto, além do tipo de análise histórica “caso a caso”, é preciso situar o fascismo a partir de certo modo de ver e viver, um *ethos*, um comportamento social e uma compreensão do mundo social que guarda algumas características importantes da arte de governar condutas e produzir subjetividades. Interessa-nos, portanto, o fascismo como produção discursiva que articula os dispositivos de governo e produção de subjetividades.

O fascismo organiza uma cosmovisão facilmente digerível e compartilhável. Simplificação e economia de racionalidade oferecem ao “público” uma série de mensagens (ao estilo Twitter, por exemplo) rapidamente assimiladas. Dentre as características do fascismo, está a construção de rotulagens facilmente identificáveis pelo binarismo explícito (PAXTON, 2007; VALENCIA, SEPÚLVEDA, 2016; STANLAY, 2018; ALONSO, 2019):

- a) nacionalismo beligerante, ultranacionalismo ou nacionalismo *versus* globalismo;
- b) conversão à pátria como entidade soberana *versus* oposição política, de classe ou de identidades, não raras vezes tratadas como inimigos públicos;
- c) conversão a um universo moral que impõe à esfera pública a adesão aos comportamentos tradicionais, vinculados à heteronormatividade, ao patriarcalismo, à religiosidade e à família;
- d) simplificação do mundo *versus* intelectualização ou racionalidade científica;
- e) criação de inimigos externos, como imigrantes e refugiados; ou internos, como “bandidos”, párias, pobres, minorias étnico-raciais, entre outros;
- f) imposição de narrativas *versus* realidade ou fatos;
- g) nós e os outros;

h) crença de que o grupo do nós é vítima dos outros, os que representam o perigo da destruição dos costumes e estruturas tradicionais;

g) estetização da violência *versus* direitos humanos.

Praticamente todas essas características do binarismo lógico do fascismo contemporâneo estruturam-se em narrativas que suplantam a realidade e os fatos na compreensão do mundo social. A esse respeito, Jason Stanley explica como políticos fascistas manipulam a verdade para justificar suas ideias:

Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias (STANLEY, 2018, p. 8).

A política fascista, portanto, produz um estado de percepção do mundo que se desloca da realidade; cria um espectro alucinatório que reconfigura o mundo social a partir de uma realidade alternativa. Nesse sentido, chamamos a atenção para a desarticulação da ideia de verdade como estratégia central do fascismo. Adiantamos que a desarticulação da verdade, a desconstrução da autoridade da verdade e, sobretudo, a desautorização dos espaços destinados a produzir o dizer verdadeiro são estratégias eficientes para fragmentar a opinião pública. É nessa direção que se dá o ataque, nos nossos dias, às universidades, à ciência, à educação e à imprensa. Colocar sob suspeita professores, cientistas, intelectuais e jornalistas suspende a verdade como estruturante do “acordo” social. Podemos traduzir esse fenômeno com o neologismo “pós-verdade”, considerado, segundo a Universidade de Oxford, a palavra do ano de 2016 (NEXO, 2016).

A pós-verdade significa a forma como a opinião pública é influenciada por apelos emotivos e irracionais que se sobrepõem aos fatos objetivos ou à racionalidade. A desconstrução da “verdade” implica a destruição do senso comum, entendido aqui como o conjunto dos conhecimentos aceitos universalmente pela sociedade. Em outros termos, implica a reescrita da visão de mundo, o que impacta na revisão-distorção da História e de todos os saberes que oferecem certa sustentação à visão da realidade. Segundo Stanley, “depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado” (2018, p. 8). É nesse sentido que, segundo Lemos, “um dos efeitos da perda da realidade compartilhada consiste na impossibilidade de debate racional” (2019, p. 196).

Podemos pensar que, em um mundo regido pela pós-verdade, a legitimidade do dizer verdadeiro se desloca. Se, como discute Foucault, a produção de discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, e “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. (...) qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1998, p. 9), podemos entender que, ao atacarem-se universidades, cientistas, educação e mídia, entre outros, os critérios para distinguir entre o verdadeiro e o falso se esfacelam. Em última análise, a verdade passa a

constituir-se como “ponto de vista”, isto é, passa a ser compreendida no âmbito individual, baseando-se na percepção pessoal.

É nesse sentido também a proliferação de “perspectivas alternativas às ciências, como o terraplanismo, a defesa de terapias alternativas, a negação do efeito das vacinas e a negação do aquecimento global antropogênico” (LIMA *et al.*, 2019, p. 155). Em outras palavras, há um descentramento da ciência como a autoridade do dizer verdadeiro. De fato, o fenômeno não é, em si, novo. A crença na ciência como redentora dos problemas da humanidade, sua narrativa sobre a neutralidade do conhecimento científico, a aderência entre civilização e ciência, ao gosto comtiano, e a relação entre a objetividade científica e o progresso da humanidade foram esmaecidos após a II Guerra Mundial. O ocaso da confiança na ciência e a consequente perda de fé no devir por ela prometido no contexto pós-guerra, segundo apontam Lima *et al.*, “abriram espaço para se questionar o local privilegiado ocupado pelo discurso científico, subsidiando o surgimento de visões alternativas” (2019, p. 156).

Mas é importante, aqui, evocar determinada crítica que aponta para os pós-estruturalistas ou pós-modernistas como aqueles que abriram as portas para a pós-verdade. Se, no relativismo e no perspectivismo pós-moderno, encontramos uma baixa no *status* da verdade conforme a pretensão universalista moderna, com sua suposta abnegação desinteressada e neutralidade política, essa crise da verdade não pode ser dissociada de uma crítica radical ao poder. Não se pode tomar distância dos efeitos políticos da ciência que organizou os sistemas administrativos do colonialismo, baseados nas teses do racismo científico, dos movimentos eugenistas e dos genocídios programados e planejados segundo critérios racionais, como o Holocausto (BAUMAN, 1998). A crítica foucaultiana, por exemplo, mina essa pretensão universalista da verdade segundo os critérios redentores e assujeitadores da ciência moderna. Para Toscano e Silva,

em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana (TOSCANO; SILVA, 2015, p. 208).

A história dos sistemas ou critérios de veridicção visa a uma perspectiva genealógica de identificação dos saberes sujeitados, aqueles que, conforme os critérios, no caso da modernidade, foram subsumidos ou silenciados. De acordo com Toscano e Silva,

depreende-se a compreensão da genealogia como recuperação de discursos de verdades no intuito de promover um embate entre os discursos ou saberes sujeitados contra toda tendência de totalitarismo científico, epistemológico ou ainda virtualmente arvorada na afirmação de um conhecimento genuíno, o que vem a apontar para uma função de enfrentamento (2015, p. 211).

Não é sem sentido uma história da loucura que contorna os grandes textos psiquiátricos ou uma história das prisões que não parte dos clássicos da criminologia ou do direito penal. Ao desalojarem-se os saberes sujeitados, no caso de Foucault, possibilita-se a escuta daqueles cujos sistemas de dominação silenciaram. Não é sem sentido, igualmente, que, nesse contexto de emergência de crítica à ciência e à verdade universalista, tenhamos também a emergência do multiculturalismo, das pautas identitárias, dos

movimentos antirracistas e feministas, entre outros. Trata-se de um processo, na realidade, libertário, movido pela insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores do conhecimento científico (FOUCAULT, 2002). Kakutani faz o seguinte balanço desse contexto, apontando para os movimentos conservadores da contemporaneidade:

Na primeira rodada das guerras culturais, a Nova Esquerda rejeitou os ideais do Iluminismo como vestígios do antigo pensamento patriarcal e imperialista. Hoje, esses ideais de razão e progresso são atacados pela direita por serem vistos como parte de uma conspiração liberal para minar valores tradicionais (...) (2018, n.p).

A pós-verdade, então, não é um efeito determinante do pós-estruturalismo ou do pós-modernismo, em que pese esses movimentos terem aberto a fresta para tal. Podemos considerar o fenômeno da pós-verdade como uma forma regressiva à pós-modernidade, suscitando a crítica justamente das “indefinições contidas em termos como: politicamente correto, relativismo, multiculturalismo, igualitarismo, coletivismo, ecologismo e secularismo” (DUNKER, 2017, p. 40-41).

O *ethos* do fascismo contemporâneo, portanto, apoia-se nesse regressismo que a pós-verdade propicia, indiferenciando o que é verdade, conforme os cânones científicos e a opinião baseada na autoridade ou performatividade de quem se pronuncia. A indistinção entre o falso e o verdadeiro, segundo Stanley, “desintegra a compreensão comum da realidade” (2018, p. 9-10), criando a possibilidade de abertura de espaço para “que crenças perigosas e falsas criem raízes” (STANLEY, 2018, p 10). O autor elenca vários exemplos dessas crenças perigosas:

a ideologia fascista procura naturalizar a diferença de grupo, dando assim a aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano. Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos. Qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política da lei e da ordem tem apelo de massa, lançando “nós” como cidadãos legítimos e “eles”, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. A ansiedade sexual também é algo típico da política fascista, pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. À medida que o medo em relação a “eles” cresce, “nós” passamos a representar tudo o que é virtuoso. (...) “Nós” somos trabalhadores e conquistamos nosso primeiro lugar com luta e mérito. “Eles” são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. “Nós” somos produtores; “eles” são parasitas (STANLEY, 2018, p. 8).

A pós-verdade tem materialidade na forma como os binarismos do fascismo produzem divisões sociais, violência e ataque a minorias e às instituições ligadas ao conhecimento, como escolas e universidades. Como aponta Stanley,

Quando a propaganda política consegue distorcer ideais, fazendo-os voltarem-se contra si mesmos e as universidades são solapadas e condenadas como fontes de preconceito, a própria realidade é posta em dúvida. Nós não podemos concordar com a verdade. A política fascista substitui o debate fundamentado por medo e raiva (2018, p. 42).

O fascismo contemporâneo, no seu afã de naturalizar o autoritarismo, conta com a velocidade e a dinâmica das redes sociais para proliferar, tendo no homem comum um esteio e um difusor de ideia. O discurso fascista opera pela simplificação das coisas, das pessoas, do mundo e da racionalidade. Em análise dos casos contemporâneos de manifestações políticas do fascismo, como na Rússia, EUA, Hungria,

Polônia, Turquia e Brasil, Stanley mostra uma unidade discursiva impressionante. A receita é a mesma, mudam os ingredientes e as contingências contextuais específicas¹. Dessa maneira, fica visível aquilo que Hanna Arendt, ao analisar os governos de Hitler e Stalin, denominou com uma das principais características das massas: um “clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência” (1989, p. 401), deixando de acreditar na sua própria experiência para confiar apenas na sua imaginação e sendo seduzidas por qualquer coisa que seja, ao mesmo tempo, universal e congruente com o sistema do qual fazem parte.

É a partir dessa fuga da realidade que as massas encontram um mundo onde se sentem mais protegidas dos golpes que, comumente, a vida e as experiências verdadeiras causam aos seres humanos. Entretanto, além da análise de Hanna Arendt, que falava do contexto da primeira metade do século XX, assinalamos, a partir de Bauman e Bordoni, que, se “a sociedade de massa é o último estágio da modernidade, (...) é evidente que, a partir do momento em que começa o processo de desmassificação, na pós-modernidade, o indivíduo é cada vez mais deixado à sua própria iniciativa” (2016, p. 27). No âmbito da discussão aqui proposta, podemos pensar que essa crescente atomização se transfere também para o campo da produção de verdade, sendo que, diferentemente de outros tempos, quando determinadas instituições e vozes eram consideradas legítimas, na contemporaneidade, em última instância, o dizer verdadeiro se coloca no indivíduo. E é justamente a percepção de mundo individual que passa a ser posta no mesmo plano que o discurso científico, por exemplo. Educadores, intelectuais, cientistas e a mídia tradicional já não oferecem majoritariamente os suportes da educabilidade contemporânea. Dessa maneira, é preciso pensar sobre a educabilidade em tempos de pós-verdade.

Pós-verdade e educabilidade contemporânea

A matriz pedagógica moderna tem como eixo a ideia de educabilidade, ou seja, desde o início da Pedagogia, com Comenius, os processos educativos implicam que os humanos são seres dotados de razão e, portanto, capazes de compreensão e modificação do mundo, constituindo-se como sujeitos educáveis (SILVA; FABRIS, 2010). Aqui, propomos discutir como se dá a educabilidade contemporânea naquilo que denominamos anteriormente como um *ethos* fascista, quando a própria razão é desconstituída.

Uma das questões que se colocam é o próprio descentramento da escola e do lugar do professor, tal como tem sido discutido por autores como Sibilia (2012), Simons e Masschelein (2017), Silva e Fabris (2010), Dussel (2017) e Noguera-Ramirez (2009). Se entendermos, como afirma Sibilia (2012), que a escola é uma tecnologia de época, que responde a uma determinada racionalidade pautada especialmente pela normalização dos corpos, na contemporaneidade, com o enfraquecimento do Estado como instituição que avaliza e dá sentido às demais – a família, a fábrica, a escola, etc. –, há uma deslegitimação das figuras antes investidas de autoridade, como os professores e os intelectuais. Conforme Bauman e Bordoni (2016),

¹ Nessa perspectiva, é interessante a análise realizada por Michiko Kakutani sobre o governo Trump (2018).

a crise do Estado não se relaciona somente a uma crise da democracia, levando a uma atitude de antipolítica que abre caminho para regimes autoritários, mas também à crise do próprio capitalismo, na busca de reerguer-se a partir da intensificação das ideias neoliberais. Somando-se a isso, o avanço da tecnologia ocasionou o que Sibilia (2012) chama de *desmoronamento do sonho letrado*, com uma fascinação pelas imagens e o esvaziamento da palavra, ferramenta primordial para a escola. Nesse contexto, a escola precisa garantir sua atratividade, tornando-se um produto a ser consumido por clientes potenciais. Assim, como discute Noguera-Ramirez (2009), uma sociedade pós-capitalista não se norteia por um Estado Educador, que era a forma predominante de organização social até a metade do século XX, mas torna-se uma sociedade educativa, vindo a constituir-se como uma responsabilidade pessoal, visto que a educação passa a ser ofertada de múltiplas formas e a todo momento.

Podemos dizer, portanto, que “a educabilidade contemporânea intensifica as práticas de governamentalidade” (SILVA; FABRIS, 2010, p. 353-354), tornando-se visível outra maquinaria pedagógica, que desloca tanto as práticas (da escola para outros espaços) quanto os dispositivos (não mais predominantemente disciplinares, mas principalmente de segurança), fazendo da escola “apenas mais uma agência para, com base na educabilidade, colocar em ação a governamentalidade” (p. 354). Entretanto, ao constatar que tal deslocamento conduziu a um clima de franca crítica à escola, a qual passou a ser vista como autoritária e obsoleta, Dussel (2017) põe sob suspeita aquilo que se tem colocado no lugar da instituição escolar, isto é, as mídias, a ideia de autoaprendizagem ou as instituições educativas adaptadas aos chamados novos tempos.

Desse modo, podemos compreender que a educabilidade contemporânea se articula bem a um *ethos* fascista: afinal, se alguns – como os professores – são vistos com desconfiança e têm sua voz desqualificada, não sendo mais investidos como capazes de pronunciar o discurso verdadeiro, visto que há outro regime de distribuição e repartição do saber, rapidamente somos levados a uma arena do que foi discutido anteriormente como pós-verdade. Nesse sentido, o ataque às escolas, às universidades, aos intelectuais, aos professores, etc., fundamenta-se em uma noção de que a verdade se funda no próprio indivíduo.

O individualismo exacerbado e a velocidade de compartilhamento de informações propiciada pela internet e, sobretudo, pelas redes sociais oferecem potência extraordinária à produção de narrativas alternativas ao real. Em um mundo onde a comunicação rompe com a lógica produtor-receptor e abre a possibilidade de todos serem simultaneamente consumidores e produtores de informações, fica evidente que os critérios de confiabilidade, até então centrados nas agências midiáticas tradicionais, como os grandes jornais, são perdidos. O sonho democrático de dar voz a todos produziu, na contramão, um problema moral sério, qual seja, o da responsabilidade do dizer, da responsabilidade com a veracidade das informações. Com isso, colocam-se em transe as fronteiras entre o que pode e o que não pode ser dito, pelo menos na esfera pública, que hoje é (super)ocupada pelas redes sociais.

Rolando Lemos, ao analisar a comunicação política atual, observa que “coisas que antes eram aceitas só na obscuridade vão se tornando aos poucos permitidas” (2019, p. 198), como uma espécie de suspensão dos constrangimentos sociais. Como metáfora para pensar a ausência de fronteiras entre o dizível e o que deveria ser indizível no campo da comunicação política contemporânea, o autor toma o caso do austríaco Josef Fritzl, que por 24 anos manteve sua filha presa (abusada e engravidada várias vezes) no porão de sua casa. Segundo Lemos,

Vale lembrar que Fritzl, no plano da casa, agia como um homem respeitado, engenheiro, querido pelos vizinhos. Comportava-se como um cidadão típico, respeitador das leis, da moral e da ordem. No entanto, no porão da casa, revelava-se como um monstro, cometendo no conforto do anonimato crimes indizíveis de forma contínua e perversa (2019, p. 196).

O autor afirma que a comunicação política respeita a mesma lógica bipartida, utilizando-se do plano da casa para suas mensagens típicas dos partidos e propostas políticas, contudo,

nenhum aparato de comunicação política contemporâneo se satisfaz sem o seu porão. É o território do vale-tudo da internet, onde prosperam robôs, os perfis falsos, o anonimato, as fake news, o uso de poder computacional, a propaganda que jamais teria lugar ‘à mesa da sala’ (LEMOS, 2019, p. 197).

Para ilustrar como tais questões impactam a escola, pode-se pensar no exemplo da Escola sem Partido. É interessante salientar que não se trata de um movimento específico do Brasil, pois há movimentos similares em vários países do mundo, como, por exemplo, Estados Unidos, Peru, Equador, Chile, Argentina, Paraguai e Alemanha, entre outros. Severo, Gonçalves e Estrada (2019), ao analisarem esse movimento no Brasil, caracterizado pela defesa de pautas conservadoras e pela tentativa de controle do que é transmitido na escola (mediante a consideração de que todos os conhecimentos que não sejam meramente instrumentais se constituem como uma forma de doutrinação), apontam que, em um contexto de cultura digital e acesso abundante à informação, há uma modificação no papel da memória. Sob esse ponto de vista, os autores consideram que a adoção de uma perspectiva supostamente neutra “é, de fato, a-histórica” (GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 2).

No movimento Escola sem Partido, fruto de uma fusão entre posturas conservadoras (nos valores) e liberais (na economia), entende-se que a escolarização significa treinamento (no sentido de aquisição de técnicas) e que a educação deveria ser responsabilidade da família ou mesmo da igreja. Mediante uma noção de que a escola deve ser um espaço neutro e apolítico, os defensores desse movimento desmoralizam professores e colocam as metodologias e materiais didáticos sob suspeita. Fica evidente como esse tipo de movimento, à sombra do *ethos* fascista, lança mão de um suposto apartidarismo e coaduna-se com as relações pragmáticas dos partidos de direita e organizações religiosas. Além disso, os autores discutem que, nesse projeto, no qual a educação é vista como apartada da política, há um esvaziamento de qualquer reflexão crítica e uma privatização/privação do conhecimento, transformando a educação escolar em mercadoria, e os alunos, em consumidores.

Tendo em vista o que foi discutido anteriormente sobre *ethos* fascista, pode-se perceber, a partir de Severo, Gonçalves e Estrada (2019), que o Escola sem Partido se pauta em um discurso simplista, conservador e de fácil adesão, difundindo-se pelas redes sociais digitais e operando pela desqualificação de todos aqueles que propõem uma discussão diversa – entre os quais se colocam, especialmente, os professores e os intelectuais. Ao denunciarem como ideológica qualquer visão de mundo divergente – enquanto sua perspectiva é trazida como neutra –, os integrantes desse movimento atacam as instituições científicas e educativas e esfazem os critérios da verdade.

Para seguir pensando: algumas considerações

Como discutido anteriormente, as ideias de verdade e realidade são completamente suspensas nessa lógica em que o porão – para usar a metáfora de Lemos (2019) – se mistura à casa. O obsceno deixa de ser tão obsceno, e tudo o que é dito pode ser propagado, sem que ninguém precise ser identificado e responsabilizado. Essa suspensão da lei e dos critérios de veridicção colocam a educação frente a um dos seus maiores desafios: com autoridade em baixa e sem legitimidade institucional, sustentar uma racionalidade que possa enfrentar a pós-verdade. Considerando que a escola não é uma ilha, mas um microcosmos social, podemos dizer que esse é um problema de educabilidade mais amplo do que o espaço escolar. O campo de disputa do dizer verdadeiro, portanto, não é um problema institucional centrado apenas na escola.

O presente artigo buscou mostrar os enlaces entre a crise da verdade – e do que se tem chamado de pós-verdade –, a construção de um *ethos* fascista e uma educabilidade pautada em um modo de vida neoliberal. É possível perceber que os ataques à educação escolar, aos intelectuais e à própria mídia colocam em xeque as instituições que, até então, em nossa sociedade, se legitimavam como as instâncias que separavam o verdadeiro do falso. Na medida em que a verdade passa a ser compreendida da mesma forma que um produto na prateleira de um supermercado, sendo que o indivíduo é livre para escolhê-la conforme lhe convém (abrindo mão dos critérios estabelecidos sobre o verdadeiro e o falso), também essas instituições passam a funcionar em uma lógica de produto a ser consumido. Embora tal ideia possa parecer sedutora – afinal, todos são livres para produzir suas próprias verdades –, é necessário compreender que, sem um referencial para a produção de verdades, o que se engendra são sujeitos atomizados, presos em uma realidade própria e alimentados apenas por aquilo em que querem acreditar, em um processo próximo ao delírio.

Assim, embora possa parecer paradoxal, nesse contexto de fluidez da verdade, é importante o fortalecimento das instituições que atendam aos procedimentos de produção da verdade. Isso não significa uma cristalização da verdade, entendendo-a como universal e imutável, mas, mediante a constatação de sua precariedade, um exercício cuidadoso no sentido de problematizar as próprias formas pelas quais nós,

enquanto sociedade, construímos determinadas verdades, resultantes de determinados arranjos discursivos. Para isso, é preciso retomar tanto a realidade da experiência, quanto os critérios do pensamento, elementos que, como assinalado no início deste texto, estão fraturados em uma sociedade mergulhada em um *ethos* fascista.

Referências:

- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil Hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 52-70.
- ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- BOYD, Danah. Agnotologia, la fabricación de la ignorância. *Collateral Bits*, 26 mai., 2019. Disponível em: <https://collateralbits.net/agnotologia-la-fabricacion-de-la-ignorancia/>. Acesso em: 06 out. 2019.
- CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*: São Paulo, n. 29, v. 2, p. 65-78, 2006.
- DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 35-50.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- DUSSEL, Inês. Sobre a precariedade da escola. In: LARROSA, Jorge (Org.). *Elogio da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 87-112.
- FERNANDES, Alves Claudemir. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. São Paulo: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. Michel *Foucault: uma trajetória filosófica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 273-295.
- JARDIM, Alex Fabiano Correia. Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo. *Unimontes científica*. Montes Claros, v.8, n.2 – jul./dez. 2006.
- KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LEMOS, Ronaldo. Diante da realidade: seis ficções epistemológicas. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil Hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 195-210.

LIMA, Nathan Willig et al. Educação em Ciências nos Tempos de Pós-Verdade: Reflexões Metafísicas a partir dos Estudos das Ciências de Bruno Latour. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. p. 155-189, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4933/9956>. Acesso em: 18 out. 2019.

NEXO. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>. Acesso em: 28 set. 2019.

NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico: da sociedade de ensino para a sociedade de aprendizagem*. 2009. 266f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ORWELL, George. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-28, 2019.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes. A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. Experiências escolares: uma tentativa de encontrar uma voz pedagógica. In: LARROSA, Jorge (Org.). *Elogio da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 41-64.

ROSA, Susel Oliveira da. Os investimentos em capital humano. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 377-388.

SILVA, Roberto Rafael Dias da; FABRIS, Elí Terezinha Henn. O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, maio/ago. p. 352-411, 2010.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TOSCANO, Stéfano Gonçalves Regis; SILVA, Danilo José Viana da. A questão do conhecimento e da verdade em Michel Foucault: uma leitura a partir do perspectivismo. *Ágora Filosófica*. Ano 15, n. 1, jan./jun. 2015.

VALENCIA, Sayak; SEPÚLVEDA, Katia. Del fascinante fascismo a la fascinante violencia: psico/bio/necro/política y mercado gore. *Mitologías hoy*, vol. 14, p. 75-91, 2016. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/mitologies/article/view/v14-valencia-sepulveda>. Acesso em: 22 out. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 13-34.